

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA**  
**CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**LINGUAGEM DE SINAIS, UM ATO DE INCLUSÃO SOCIAL: A ANÁLISE DE UMA**  
**ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT**

**Autora: Jéssica Pereira Arouche**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Marina Silveira Lopes**

**JUÍNA/2016**

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA**  
**CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**LINGUAGEM DE SINAIS, UM ATO DE INCLUSÃO SOCIAL: ANÁLISE DE UMA  
ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT**

**Autora: Jéssica Pereira Arouche**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Marina Silveira Lopes**

*“Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia à Faculdade AJES – Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena”.*

**JUÍNA/2016**

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA**  
**CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr. Lucas Silveira Lecci**

---

**Prof<sup>a</sup>. Me. Fábio Bernardo da Silva**

---

**ORIENTADOR**

**Prof<sup>a</sup>. Ma. Marina Silveira Lopes**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço!

Primeiramente ao meu senhor Deus por ter ocorrido tudo bem durante os três anos e meio de faculdade, por ter me dado muita saúde, fé e sabedoria para que hoje eu esteja aqui concluindo minha faculdade de Pedagogia.

A minha mãe que sempre esteve comigo que me ensinou a ser responsável, amiga, e ter força para enfrentar todos os obstáculos da vida e da minha estadia na faculdade. Foi principalmente por ela que escolhi essa linda profissão, ser pedagoga hoje não faz mais parte de um sonho, agora ela é uma realidade.

Aos meus irmãos que sempre me apoiaram nos estudos e em todas as minhas escolhas, por estar ao meu lado em todos os momentos possíveis, incentivando a seguir em minha profissão, aos meus amigos de classe que durante esses três e meio se tornaram muito especiais, sempre seremos a família “Pedagogão” uma família que irá contribuir muito para a educação, e outros que iram quebrar o preconceito de muitas pessoas e seguir em uma Pedagogia em ambiente não escolar. A todos nós desejo “Boa sorte amigos”.

Agradeço especialmente a uma pessoa que se tornou muito especial em minha vida e que me deu toda força para seguir em meus sonhos, me abraçou quando eu conseguia e quando eu errava em algo, essa pessoa é com quem eu vou construir minha vida, moor obrigada por tudo, em breve você também estará se formando em Educação Física, e eu sempre estarei ao seu lado para o que precisar e te apoiarei em todas as suas escolhas.

Aos meus professores que contribuíram muito a minha formação, a professora Helena Bruno por ter despertado em mim o interesse em Libras e por ter compartilhado comigo seus conhecimentos e aos professores da rede pública que foram compreensíveis durante a minha pesquisa.

A professora Ma. Marina Silveira Lopes por me orientar e ter contribuído de forma significativa neste trabalho de conclusão de curso, seus conhecimentos foram primordiais para minha formação, e aos professores da banca examinadora que doaram algumas horas de seu dia para avaliar este trabalho.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho de conclusão de curso a todos que acreditaram em minha capacidade e competência, ou seja, aos meus amigos, familiares, a Deus e aos professores que passaram na vida escolar e aos que contribuíram para minha formação acadêmica.

## EPÍGRAFE

“Pertencer é mais do que romper as barreiras dos rótulos e dos estigmas produzidos na representação e no imaginário social; pertencer é mais do que ter contemplados direitos à cidadania no âmbito jurídico- formal. Pertencer é, pois, estar engajado, qual sujeito ativo da história; é exercer a condição de ator sem ser alvo da visão dualista que contribui à “diferença” a condição de anjo ou de demônio para garantir a média à condição de normais. Pertencer é estar no palco sem ser herói ou vilão”.

(Paulo Ricardo Roos, 1999).

## RESUMO

Atualmente, a educação inclusiva está em destaque, portanto, faz-se necessário não apenas a garantia das leis na legislação, mas que a escola tenha a sua prática voltada para a diversidade e a acessibilidade. Nesse contexto, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS tem que ser vista como uma proposta de reflexão para que haja a inclusão tanto na escola como também na sociedade em geral. Entretanto, para que ocorra a efetivação da linguagem de sinais como uma disciplina curricular escolar deve-se trabalhar desde a Educação Infantil até o Ensino Superior para o melhor resultada do modelo de inclusão. O objetivo geral deste trabalho é mostrar a LIBRAS como um requisito indispensável na formação inicial e continuada dos educadores e uma disciplina curricular escolar. A metodologia utilizada no primeiro momento foi o levantamento bibliográfico, após realizou-se a pesquisa de campo em uma escola pública localizada na Zona Urbana no Município de Juína Mato Grosso, especificamente no módulo 05, onde atende educandos de diversas classes sociais e com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), entre esses indivíduos encontra-se alunos com deficiência auditiva. No decorrer da pesquisa foi observada a estrutura escolar, relação entre professores e alunos com deficiência auditiva, o aluno deficiente com os demais colegas e o conteúdo ministrado. Verificou-se nesse trabalho que a inclusão desses alunos ainda está muito fragmentada, precisando de um novo olhar, pois a sua exclusão ocorre diariamente, sendo assim as escolas utilizam ainda o modelo de integração, os educandos com essa deficiência são considerados por muitos como seres incapazes de realizarem qualquer atividade, os educadores não encontram-se aptos e sem suporte técnico ou governamental para trabalharem de forma diversificada, os alunos que necessitam de um Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nesse sentido revela-se de grande importância incluir a linguagem de sinais como uma disciplina escolar desde a formação inicial e continuada dos profissionais da educação para que assim a inclusão dessas pessoas seja efetiva na sociedade sem que haja nenhum tipo de preconceito ou de discriminação desses indivíduos em seu meio de convívio.

**Palavras- Chave:** Formação dos docentes. Inclusão. LIBRAS. Disciplina Curricular Escolar.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Língua de sinais Francesa .....</b>	<b>16</b>
<b>Figura 2 - Língua Brasileira de sinais.....</b>	<b>17</b>
<b>Figura 3 - Helen Keller e Anne Sullivan.....</b>	<b>19</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1- Categoria de Surde.....</b>	<b>14</b>
<b>Tabela 2- Obras de Helen Keller.....</b>	<b>20</b>
<b>Tabela 3- As principais diferenças entre integração e inclusão .....</b>	<b>27</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS: A HISTÓRIA DE UMA NOVA EXPRESSÃO LINGUISTICA .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 O DEFICIENTE AUDITIVO: UMA DAS VÍTIMAS DO PRECONCEITO .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 HELEN KELLER: UM ATO DE AMOR AO PRÓXIMO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....</b>	<b>18</b>
<b>2.2.1 LIBRAS: UM CHAMADO À INCLUSÃO SOCIAL .....</b>	<b>21</b>
<b>3 DA EDUCAÇÃO SEGREGACIONISTA À EDUCAÇÃO ESPECIAL .....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL AUDITIVA .....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 AS BARREIRAS ENFRENTADAS PELOS DEFICIENTES AUDITIVOS COM RELAÇÃO À INCLUSÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>4 A DEFICIÊNCIA AUDITIVA: UM ECO NA HISTÓRIA .....</b>	<b>28</b>
<b>4.1 O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES SURDAS.....</b>	<b>28</b>
<b>4.2 AÇÕES DESENVOLVIDAS A PARTIR DA LEI 10.436/2002 E O DECRETO 5.626/2005 .....</b>	<b>30</b>
<b>5 METODOLOGIA .....</b>	<b>33</b>
<b>6 EDUCAÇÃO ESPECIAL DE DEFICIENTES AUDITIVOS NA CIDADE DE JUÍNA-MT .....</b>	<b>35</b>
<b>7 ANÁLISE E DISCUSSÕES DE OBSERVAÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE JUÍNA- MT .....</b>	<b>37</b>
<b>8 CONCLUSÃO .....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva que se encontra em alguns documentos que tratam da educação de pessoas com deficiência como: a LBD, Declaração de Salamanca (1994), entre outros documentos, atualmente ela está em destaque nas mídias com a inserção de pessoas com quaisquer deficiência em novelas, propagandas, revistas e principalmente no âmbito escolar, procurando conscientizar a sociedade sobre a sua inclusão. Propõe a transformação dos conceitos preestabelecidos pelos os seres humanos sobre preconceito e discriminação que envolvem pessoas com quaisquer tipos de deficiência. Essa educação tem como foco principal ampliar a participação das pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

A Declaração de Salamanca é um documento que defende os princípios, políticas e práticas na área das nações educativas especiais, visa a educação para todos sem preconceito esse documento foi e está sendo muito importante para a história da educação inclusiva, a partir da Salamanca e de outros documentos que garantem a inclusão de deficientes é que houve grandes avanços na inclusão desses indivíduos na sociedade e principalmente no ambiente escolar.

Em conformidade com a autora Miranda (2003) ao longo da história os deficientes foram vítimas da segregação sendo considerados incapazes de agir e pensar como consequência eram afastadas, isoladas dos outros membros da sociedade recebendo apenas o seu menosprezo muitas vezes essa exclusão ocorria por parte de sua própria família, seus parentes tinham certo receio em mostrá-los ao público muitos por terem medo da rejeição de seu filho ou por vergonha, por muito tempo essas pessoas foram esquecidas com relação a educação, somente por volta da década de 70 é que surge o movimento de integração com o intuito de normalização, passando a ser dadas as condições mais semelhantes que os outros seres humanos considerados normais recebiam, porém sem muito avanço para essas pessoas que apresentavam NEE.

Somente em meados da década de 90 que o estado brasileiro pensa em um novo modelo de atendimento escolar para melhor sanar a exclusão que ocorria com frequência no modelo anterior, o novo modelo foi nomeado de inclusão escolar a priori os deficientes auditivos não tinham uma comunicação clara e muito menos

compreensível no ambiente escolar e na sociedade, o surgimento da Língua Brasileira de Sinais/ LIBRAS veio para dar liberdade e voz aos surdos isolados. (MIRANDA, 2003).

A Língua Brasileira Sinais (LIBRAS) surgiu pelo Instituto dos Surdos-Mudos, que foi fundado por volta de 1857, sendo a primeira escola para pessoas com deficiência auditiva, LIBRAS é considerada uma língua gestual-visual. (SANTOS; MENEZES. 2001). Para que alunos surdos sejam respeitados, como previsto na Lei 10.436/2002 em seu Art. 4º ampara a educação das pessoas com deficiência auditiva, a escola precisa estar preparada para a educação dessas pessoas, se isso ocorrer de fato poderemos ter uma inclusão nas escolas.

O MEC lança a portaria 002/2015, onde essa resolução torna obrigatório a disciplina de LIBRAS em todos os cursos superiores, porém não sendo obrigatória ainda nas redes regulares de ensino essa ação pode ser considerado uma grande falha, pois a inclusão da LIBRAS como disciplina tem que ocorrer em todos os níveis escolares independente ser pública ou privada. (Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, 2015).

Quando trata-se de educação e inclusão, LIBRAS torna-se um requisito necessário no currículo disciplinar na formação inicial e continuada dos docentes. Com esse trabalho sobre inclusão e integração com pessoas com deficiência auditiva, tem-se a certeza que vivemos em um mundo em que existem duas educações, uma regular e a outra especial tenderá a desaparecer dando lugar a uma educação igualitária livre de rótulos. (CARVALHO, 2010).

Para entendermos esse processo, é importante saber se atualmente os deficientes auditivos estão integrados ou incluídos na rede de ensino regular? Quais são as falhas nos materiais didáticos para a educação do deficiente auditivo da rede de ensino público regular? Quais são os tipos de exclusão e rotulações desses alunos nas escolas públicas regulares?

Após dos questionamentos levantados, para explanarmos mais sobre a educação inclusiva do deficiente auditivo nas escolas públicas de ensino regular traçamos o seguintes objetivos: Mostrar a importância da LIBRAS no currículo escolar como uma disciplina, desde a educação básica até a formação inicial e continuada de professores; Identificar as exclusões mais ocorrente no âmbito estar;

Verificar se a Lei 10.436/2002 está sendo executada pelos professores; Promover a socialização e o respeito mútuo entre todos sem discriminação. Esses objetivos foram traçados a partir das dificuldades observadas com relação as comunidades ouvintes em se comunicar com os deficientes auditivos, a pesquisa que foi realizada em três salas e com três alunos com deficiência auditiva, duas (02) classes no período matutino e uma (01) no período vespertino de uma escola da zona urbana pública de ensino regular do município de Juína/MT, denominada aqui, de escola X, esse estabelecimento de ensino localiza-se especificamente módulo 05<sup>1</sup>.

A pesquisa deveu-se por haver muita negligência no âmbito escolar, pondo em pauta o despreparo dos professores em receber em sua sala de aula alunos que utilizam a LIBRAS como sua primeira língua de comunicação. A educação inclusiva de pessoas surdas vem respaldada na Lei 10.436/2002 da Constituição Federal que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como sendo a língua das comunidades surdas brasileira, sendo utilizada como uma expressão linguística.

A Lei supra citada estipula que tal linguagem esteja presente nas redes de ensino federal, estadual e municipais a inclusão dessa comunidade, e que ela faça parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Porém não é o que se encontra na rede de ensino observada pelo pesquisador, o que mais se observa nesta unidade de ensino são ambientes desestruturadas para receberem alunos com quaisquer deficiência, falta de materiais didáticos e conteúdos vagos dificultando o ensino aprendizagem desses educandos. Percebe-se que as escolas trabalham ainda com a forma de integração e não com a inclusão desses alunos, pois a lacuna aberta na educação inclusiva para os deficientes auditivos faz com que o preconceito, a discriminação, as rotulações e a estigmatização ocorram com grande ênfase na sala de aula, na escola e em âmbito social. Compete ao docente ser o agente transformador de tais agressões.

O trabalho ficou estruturado da seguinte forma: 1 Introdução, 2 Linguagem Brasileira de Sinais: A História de uma nova expressão Linguística; 3 Da Educação Segregacionista à Educação Especial; 4 A Deficiência Auditiva: Um Eco na História; 5 Metodologia; 6 Educação Especial de deficientes auditivos na cidade de Juína-

---

<sup>1</sup> Prefeitura de Juína-MT (2016) módulos são considerados os pequenos blocos de socialização que eram divididos e classificados como bairros. (Prefeitura de Juína. Disponível em: [www.juina.mt.gov.br](http://www.juina.mt.gov.br). Acesso em: 22 mar. 2016).

MT; 7 Análise e Discussões de Observação de uma Escola Pública de Juína-MT; 8 Conclusão e Referências.

A metodologia utilizada foi por meio da observação e por uma conversa informal com três professores das respectivas classes observadas, no trabalho terá um tópico específico onde abordará todos os métodos utilizados para a coleta de dados. Com a pesquisa a campo, seguida por uma conversa informal com os educadores e através do estágio já realizado na mesma escola pode-se compreender que os educadores não estão aptos para trabalharem de forma significativa com quaisquer pessoa com deficiência, alegam que não tiveram LIBRAS em sua formação inicial e que a inclusão é um ótimo procedimento para a socialização de todos, porém o governo não dispõe auxiliares suficientes para atenderem essa demanda em sala de aula, nesse sentido percebe-se que as escolas estão somente integrando os alunos com NEE.

## 2 LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS: A HISTÓRIA DE UMA NOVA EXPRESSÃO LINGUISTICA

Abordaremos, aqui, a trajetória do deficiente auditivo e a sua luta para a igualdade perante a sociedade, tendo como subsídio autores que discorrem sobre o tema. Será mostrado a importância que a Língua Brasileira de Sinais se faz no ensino aprendizagem dos alunos com o objetivo de se alcançar a verdadeira inclusão na sociedade brasileira. Será apontado a Lei que ampara a educação e a inclusão da LIBRAS como uma forma de minimizar o preconceito entre os seres humanos.

### 2.1 O DEFICIENTE AUDITIVO: UMA DAS VÍTIMAS DO PRECONCEITO

O termo surdez é o nome dado relativamente a impossibilidade ou dificuldade em ouvir, podendo ocorrer por diversos fatores a surdez pode acontecer antes, durante ou depois do nascimento da criança sendo que a deficiência auditiva pode variar de grau leve a surdez profunda. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) 10% da população apresentam deficiência auditiva, o Decreto 3.298 de 20 de Dezembro de 1999, reconhece como deficiente auditivo aquelas que se enquadram nos níveis de surdez como mostra a (tabela 1).

Tabela 1- Categoria de surdez

<b>NÍVEIS DE SURDEZ</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
25 a 40 Decibéis	Surdez Leve
41 a 55 Decibéis	Surdez Moderada
56 a 70 Decibéis	Surdez Acentuada
71 a 90 Decibéis	Surdez Severa
90 a 91 Decibéis	Surdez Profunda

Adaptada pela autora: AROUCHE, Jéssica Pereira. 2016.

Portanto os deficientes auditivos brasileiro utilizam a Linguagem Brasileira de Sinais-LIBRAS como meio de comunicação, a sociedade brasileira muitas vezes julgam as pessoas como sendo incapazes ou inferiores as outras simplesmente pela cor da pele, a sua vestimenta, orientação sexual entre outros aspectos, o preconceito e o preconceito está muito presente ainda nos tempos atuais. Entre esses dois termos existe uma diferença muito grande.

Segundo o site “A *Filosofia*” o pré-conceito é inevitável, pois quando não conhecemos um objeto ou pessoa construímos um certo conceito sobre o dado assunto que se pode transformar a partir do momento que passamos a conhecê-la melhor ao contrário do preconceito que segundo o “Minidicionário da Língua Portuguesa” (1997, p.409) é “conceito ou opinião formados antes de ter os conhecimentos adequados” que não se transforma com o tempo essa ação faz com que aqueles que praticam e os que recebem o preconceito não tenha um bom relacionamento entre ambos e com outras pessoas, podendo levar a vítima do preconceito ao isolamento e possivelmente a depressão.

Ao logo do tempo os deficientes auditivos foram considerados seres incapazes de pensar e agir, nesse sentido não levaria para a sociedade benefício, não contribuiria de forma ativa para o desenvolvimento da mesma. De acordo com Silva e Arruda (2014).

“Durante muito tempo os deficientes auditivos foram considerados anormais entre outros adjetivos pejorativos, sendo totalmente excluído da sociedade. Relata-se que na literatura da Roma Antiga “as crianças com deficiência, nascida no princípio da era cristã, eram afogadas por serem considerados anormais e débeis”. (SILVA; ARRUDA. 2014. p.11).

A primeira iniciativa em trabalhar com a educação de pessoas com deficiência foi na França por volta de 1620 com o percussor Jean Paul Bonet<sup>2</sup> um educador que se interessou pela educação dos surdos- mudos dando lhes voz através do alfabeto manual. No Brasil a primeira rede de ensino destinada a pessoas com necessidades educacionais especiais foi o Instituto dos Meninos Cegos, atualmente conhecido como Instituto Benjamin Constant<sup>3</sup>, e o Instituto de Mudos-Surdos, sendo renomeado como Instituto Nacional de Educação de Surdos<sup>4</sup> (INES). (JANNUZZI, 1992, et al, *Apud*. MIRANDA, 2003).

---

<sup>2</sup> Jean Paul Bonet foi um educador de surdos. De acordo com a história, Bonet utilizava-se do alfabeto manual para ensinar a leitura e a língua de sinais para ensinar a gramática apesar de ser um defensor da oralidade, não dispensou o auxílio da língua de sinais em seu trabalho. (UEL. **Jean Paul Bonet**. Disponível em:<[www.uel.br](http://www.uel.br)> Acesso em: 23 mar. 2016).

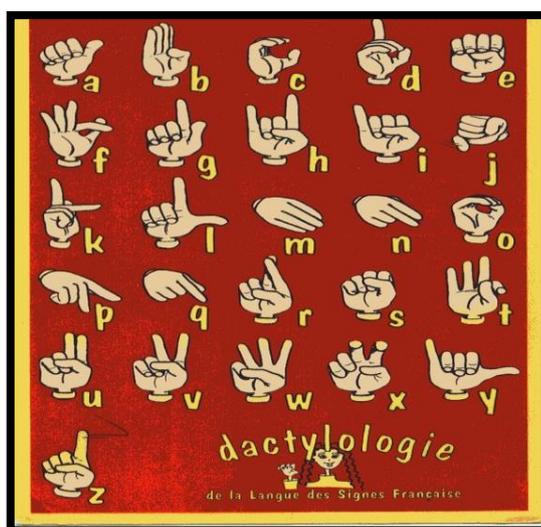
<sup>3</sup>Instituto Benjamin Constant localiza-se no bairro da Urca no Rio de Janeiro e foi fundada em 1854. (IBC.**Instituto Benjamin Constant**. Disponível em:<<http://www.ibc.gov.br/?itemid=89>> Acesso em: 23 mar.2016).

<sup>4</sup>Instituto Nacional de Educação de Surdos é um órgão do MEC, tem como missão a produção, o desenvolvimento e a divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos na área da surdez em todo o território nacional, bem como subsidiar a Política Nacional de Educação, na perspectiva de promover e assegurar o desenvolvimento global da pessoa surda, sua plena socialização e o respeito às suas diferenças. Contribuirá ainda na prevenção e detecção precoce da surdez na sociedade

A escrita dactológica ou datilologia, é um sistema de representação dos símbolos das letras do alfabeto das línguas orais e são representadas por meio das mãos o alfabeto manual criado na França (LSF) Língua de Sinais Francesa tem semelhança com o alfabeto manual brasileiro conforme mostra a (Figura 1), porém os seus sinais e não são semelhantes nesse sentido fica nítido que a linguagem de sinais apesar de ser para as comunidades surdas não pode considerada como uma língua universal, pois cada país tem a sua própria linguagem seja ela falada ou por meio de sinais.

O importante é que ela seja respeitada, quando aceitamos a linguagem de sinais como sendo a língua das comunidades surdas estamos os aceitando com a sua deficiência e esse é um dos primeiros passos para se trabalhar com a inclusão de todos sem qualquer tipo de preconceito, discriminação ou rotulações que marcam uma pessoa por todos a sua vida, os submetendo a exclusão de participar ativamente de seus direitos de cidadão.

Figura 1 - Língua de sinais Francesa



Fonte: < danianepereira.blogspot.com.b>28 mar.2016.

No Brasil a Língua Brasileira de Sinais surgiu pelo francês Eduard Huet<sup>5</sup> por volta de 1857, após o convite de D. Pedro II para que fundasse a primeira escola

---

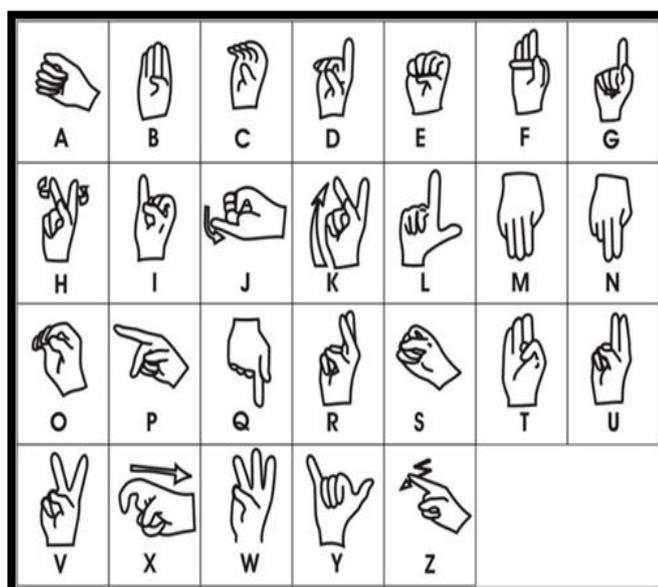
brasileira. (MEC. Instituto Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/doc/spo/relatgestao/INES1520052000.pdf>>Acesso em: 23 mar. 2016.

<sup>5</sup> Segundo o site PEAD FACED Eduard Huet foi professor, surdo com mestrado em Educação de deficientes sendo chamado ao Brasil pelo Dom Pedro II para fundar uma escola para pessoas com deficiência auditiva. (PEAD. **História dos Surdos**. Disponível em:

para meninos surdos essa escola nomeada como Imperial Instituto de Surdo. Atualmente essa escola é conhecida como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). (Portaleducação.com. Acesso em: 20 mar. 2016). A luta das pessoas com deficiência auditiva foi reconhecida no Brasil como sendo a Língua Oficial das pessoas surdas, promulgada pela Lei 10.436/2002 e regulamentada pelo decreto 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, conforme a (figura 2).

A LIBRAS através da portaria 002/2015 do MEC passou a ser obrigatório em todos os cursos superiores como disciplina curricular, por muito tempo o silêncio das comunidades surdas era uma grande barreira entre a comunidade ouvinte, mas a linguagem de sinais veio com o intuito de quebrá-las, porém a LIBRAS ainda está sendo muito discutida para ser reconhecida pelo seu verdadeiro valor e não apenas como uma disciplina complementar nos currículos escolares.

Figura 2 - Língua Brasileira de sinais



Fonte: <[www.pinterest.com](http://www.pinterest.com)> 28 mar. 2016.

Um dos marcos importante na luta da comunidade surda é a história de Helen Keller, que foi o primeiro caso de criança muda-cega, ao qual quebrou vários paradigmas, preconceito e barreiras ao longo de sua vida. Sendo considerado um exemplo de mulher que lutou para que os métodos de ensino para pessoas surdas e

cegas e pela a aceitação dessas pessoas na sociedade, sua atitude serviu de exemplo para outras pessoas com necessidades educacionais especiais.

## **2.2 HELEN KELLER: UM ATO DE AMOR AO PRÓXIMO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Helen Adams Keller nasceu em 27 de Junho de 1880 em Tuscumbia, Alabama, Estados Unidos filha de Arthur Keller um homem de muita influência, por volta dos dezoito meses de vida perdeu subitamente a sua visão e a audição devido a uma doença, sendo assim diagnosticada com escarlatina<sup>6</sup>.(Biografia de Helen Keller- Flautas. Acesso em: 20 mar.2016).

Segundo o site Biografia de Helen Keller- Flautas. Por volta dos seis (06) anos de idade Helen e seus pais recorreram ao Dr. Alexander Graham Bell que os aconselhou a levar o caso de Keller a Anne Mansfield Sullivan uma professora de 20 anos de idade também cega. Sullivan estudou como exprimir-se à maneira dos surdos-mudos, aprendeu a escrever no sistema Braille<sup>7</sup>. Graduou-se em 1894 na Universidade de Radcliffe, trabalhou na Comissão de Cegos de Massachusetts, participando de várias conferencias por toda parte do mundo *Vide* (Figura 3).

Helen não sabia se comunicar com as pessoas em sua volta, portando utilizava sinais que ela mesma criava para ter esse contado com sua família como empurrar pedindo que andassem, puxava as pessoas como esteve os chamando e assim por diante, por essa razão ela era considerada por todos que a conheceram como sendo uma criança violenta a professora Anne Sullivan mudou esse conceito.

---

<sup>6</sup>É uma doença provocada por uma bactéria que atinge principalmente crianças e adolescentes essa doença a levou para uma prisão perpetua em um mundo sem luz e som. (MINHAVIDA. **Escarlatina**. Disponível em:<[www.minhavidacom.br](http://www.minhavidacom.br)> Acesso em: 18 mar. 2016)

Figura 3 - Helen Keller e Anne Sullivan



Fonte:<[www. updateordie.com](http://www.updateordie.com)>, 20 mar. 2016.

Sullivan a ensinou tudo e ambas se tornaram grandes amigas, Helen aprendeu coisas que nunca imaginou que existissem, aprendeu francês, inglês e alemão e tornou-se especialista em Braille e em linguagem de sinais. Com 20 anos de idade Helen escreveu sua autobiografia e foi a primeira cega/surda a se concluir uma universidade e logo após tornou-se uma ativista política. (TELEDUC. Br. Acesso em: 03 mar.2016).

Para ensinar Helen que não foi uma tarefa muito fácil Sullivan teve que passar a morar na casa da garota ao chegar lhe presenteou com uma boneca, através da boneca ela a ensinou a relacionar os objetos a palavras utilizando a soletração da palavra por meio do alfabeto manual. Helen aprendeu com muita facilidade a repetir as letras das palavras, porém ainda não compreendia que cada palavra pertencia a um objeto. Outro método utilizado pela professora foi colocar a mão de Helen na água fria e sobre a sua mão soletrou a palavra “água” e assim fez com a terra e outros objetos. (ETHELROSENFELD.com. Acesso em: 20 mar. 2016).

Helen aprendeu de forma muito rápida o alfabeto Braille e o alfabeto manual e aos dez (10) anos de idade pediu a sua professora que a ensinasse a falar, a professora Anne a ensinou por meio das vibrações da garganta, nariz e lábios, onde o seu dedo polegar ficava na garganta, o dedo indicador sobre os lábios da

professora e o dedo médio sobre o nariz dessa forma Helen poderia sentir as vibrações de cada palavra e assim Anne falava e Helen teria que repetir, com esse processo ela aprendeu a falar e assim que consegui articular fluentemente as palavras Helen falou claramente a sua professora: “Não sou mais muda”. (ETHELROSENFELD.com. Acesso em: 04 jun.2016)

Por volta de 1953, Helen Keller esteve no Brasil, aceitando o convite do governo de Getúlio Vargas para o *Livro do Cego* no Brasil, em sua estadia, visitou e realizou várias palestras na cidade do Rio de Janeiro e São Paulo, segundo o site Ethelrosenfeld suas palestras instigaram todos a refletirem sobre a educação e a reabilitação de cegos.

Após a sua presença no Brasil o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que é uma empresa privada de aperfeiçoamento profissional, juntamente com os outros centros de Serviço de Orientação e Colocação Profissionais de Cegos, fez com que muitos deficientes visuais estejam inseridos no mercado de trabalho. Após a morte Anne Sullivan, em 1936, Keller publicou aproximadamente 13 livros (Tabela 2), foi homenageada pelos governos do Brasil, Filipinas, Japão e Líbano com a medalha de Ouro de Mérito em 1952. Helen faleceu com 87 anos de idade no dia 1 de Junho de 1968 em sua casa enquanto dormia. (ETHELROSENFELD.com. Acesso em: 20 mar. 2016).

Tabela 2 - Obras de Helen Keller

<b>Nº de Livros</b>	<b>Título dos Livros</b>
1	A história da minha vida.
2	Nunca se deve engatinhar quando o impulso é voar.
3	As melhores e mais belas coisas do mundo não podem ser vistas nem tocadas, mas o coração as sente.
4	Evitar o perigo não é, a longo prazo, tão seguro quanto se expor ao perigo.
5	A vida é uma aventura ousada ou, então, não é nada.
6	Otimismo - um ensaio.
7	A Canção do Muro de Pedra.
8	O Mundo em que Vivo.
9	Lutando Contra as Trevas.
10	A Minha Vida de Mulher.
11	Paz no Crepúsculo.
12	Dedicação de Uma Vida.

Adaptada pela autora: AROUCHE, Jéssica Pereira. 2016.

Em homenagem a essa lutadora Helen Keller foi construída uma escola para alunos com problemas visuais e auditivas, Centro Helen Keller é uma escola inclusiva localizada no Rio de Janeiro essa instituição valoriza as metodologias defendida pela as escolas modernas uma das missões dessa escola é promover a integração de pessoas surdas e cegas a escola conta com uma equipe pedagógica multidisciplinar, atende crianças desde o berçário até o 9º ano promovendo assim o bom relacionamento entre todos.(CENTROHELENKELLER. PT. Acesso em: 20 mar. 2016).

Os questionamentos sobre a inclusão não se refere somente ao caso da Língua Brasileira de Sinais, vai além da integração de qualquer deficiente em uma rede de ensino regular, assegurar os seus direitos como cidadãos que necessita se relacionar com as demais pessoas que compõe a sociedade. Assim como mostra na história de Helen, onde a superação veio mostrar que a sua deficiência não a limitou a fazer nada e que quando tem ao seu lado um profissional devidamente preparado não se encontra barreiras para o ensino aprendizagem.

### **2.2.1 LIBRAS: UM CHAMADO À INCLUSÃO SOCIAL**

A linguagem de sinais está passando por uma grande barreira para ser aceita dentro do âmbito escolar e pela a sociedade na escola o foco de discriminação é ainda maior e isso faz com que educandos surdos tenha muita dificuldade para aprender determina disciplina por falta de comunicação com colegas e principalmente da professora da classe. De acordo com o autor Ronice Müller Quadros (1997):

“As crianças surdas cada vez mais apresentam muita defasagem no ensino aprendido, pois a língua de sinais apresenta-se em uma modalidade muito diferente das orais, elas são línguas visuais, portanto ela é estabelecida através do canal auditivo necessitando também do espaço”. (QUADROS,1997, p.26).

Segundo Karnopp (1994 *Apud* QUADROS, 1997) que ao estudar sobre a linguagem de sinais foram encontradas algumas concepções impróprias das sociedades indicando que a “Língua de sinais seria única e universal para todos os países; Que a língua de sinais é apenas gesticulações sendo esse indivíduo incapaz de expressar conceitos abstratos”. (KARNOPP, 1994, p.24-32 *Apud* QUADROS, 1997, p. 46). Nesse sentido fica notório que muitas pessoas não compreendem a função da LIBRAS como meio de comunicação.

A língua de sinais tem que ser respeitada como sendo uma língua que possui normas a serem seguidas assim como a Língua Portuguesa, tem que ser vista no ensino-aprendizagem dos educandos numa perspectiva bilíngue, pois todas as crianças com qualquer deficiência têm que ser inseridas em uma educação infantil para proporcionar um bom desenvolvimento físico, motor, cognitivo, emocional e social. (QUADROS, 1997).

As práticas pedagógicas para ensinar qualquer criança surda ou não têm que ser desenvolvida ludicamente, estimulando-os a participar ativamente de seu ambiente físico e social, conforme Giuseppe (1997) defende que a criança com deficiência auditiva necessita conviver com outras crianças ouvintes participando de todos os eventos elaborados pela a rede de ensino. Em conformidade com Gesser (1971) a LIBRAS proporciona as pessoas com deficiência auditiva uma forma de se expressarem naturalmente seus sentimentos, desejos e necessidades desde pequenos, esse gesto faz com que a sua participação na sociedade seja significativa.

É direito das comunidades surdas inseridas no ensino regular, terem em sala de aula o acompanhamento de uma intérprete para quebrar essa barreira que existe entre surdos e ouvintes facilitando a comunicação de ambos, pois a inclusão só acontece quando está envolvida, escola, família e comunidade em geral, sendo dever da escola funcionar como um apoio para os seus educandos facilitando o seu convívio com os demais. (QUADROS, 1997). A educação de pessoas com deficiência auditiva é defendida por vários autores sendo alguns deles: Rosita Edler Carvalho (2010), Karin Strobel (2009), Ianê de Albuquerque Silva (2013) entre outros autores que corroboram com a mesma ideia.

### **3 DA EDUCAÇÃO SEGREGACIONISTA À EDUCAÇÃO ESPECIAL**

A trajetória da história da educação sofreu marcantes influências de segregação demonstrando verdadeiro desrespeito aos direitos individuais dos seres humanos, onde a priori a sociedade e a comunidade escolar observava nas pessoas com deficiência apenas as suas limitações e não as suas competências.

#### **3.1 A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL AUDITIVA**

Garantir os direitos plenos dessas pessoas consideradas por muitos como anormais não foi uma tarefa muito fácil, foi e está sendo uma caminhada árdua para que pessoas com deficiência física, mental, motora, auditiva, visuais e múltiplos tenham seus direitos garantidos por lei. O acesso de pessoas com deficiências nas redes de ensino regular ocorreu por volta do século XVI, que de acordo com Marques (2002 *Apud* CABRAL, MENDES, p. 2) ocorreu quando “médicos e pedagogos se dedicaram ao ensino das pessoas até então consideradas ineducáveis”.

Somente no século XIX, a partir da Revolução Francesa, é que a educação dessas pessoas foi institucionalizada, porém sem uma educação significativa, essa educação para Ausubel (1980) está relacionado à compreensão daquilo que irá ser ensinado, o alunado tem que sentir prazer no que se está aprendendo, somente assim é que ele se interessará nos conteúdos que será passado. Dessa forma se os educadores trabalharem conforme a teoria de Ausubel o ensino aprendizagem das pessoas que apresentam NEE serão apoiados e com excelente resultado em seu desenvolvimento intelectual e social.

A educação especial no Brasil só ocorreu a partir da Declaração de Salamanca que segundo as autoras Pereira e Santos (2009).

“O princípio que fundamenta a Declaração de Salamanca é o de que toda criança tem direito à educação como meio de alcançar um nível adequado de desenvolvimento, em que características individuais, habilidades e necessidades, que lhe são particulares, serão respeitadas. Para isso, os sistemas de ensino devem ser organizados com vistas a atender também um público, cujas diferenças, entre os diferentes, podem ser mais acentuadas, os chamados alunos com necessidades especiais”. (PEREIRA; SANTOS. 2009, p. 01).

Por volta da década de 70 surge o então movimento de integração de pessoas com deficiência com o conceito de normalização com o intuito de dar condições semelhantes ao que era dada a toda sociedade, no Brasil esse mesmo movimento passar a existir em meados da década de 90, mas o termo utilizado era Inclusão Escolar, esse novo paradigma de educação vem com uma reação contrária aos princípios da integração, a sua efetivação nas redes de ensino regular tem gerado muitas discussões e controvérsias.

Conforme Miranda (2003):

“No início do século XIX, o médico Jean Marc Itard (1774-1838) desenvolveu as primeiras tentativas de educar uma criança de doze anos de idade, chamado Vitor, mais conhecido como o “Selvagem de Aveyron”. Reconhecido como o primeiro estudioso a usar métodos sistematizados para o ensino de deficientes, ele estava certo de que a inteligência de seu aluno era educável, a partir de um diagnóstico de idiotia que havia recebido”. (MIRANDA, 2003, p. 02).

Por volta de 1945 foi criada a Sociedade Pestalozzi no Brasil que contava em 1997 com 16 instituições por todo o país, e em 1954 foi criada a Associação dos pais e amigos dos Excepcionais que por volta de 1962 também contava com 16 instituições. Nessa mesma época foi criada a Federação Nacional das APAES<sup>7</sup> (FENAPES), onde o mesmo realizou seu primeiro congresso em 1963. (MENDES, 1995 *Apud* MIRANDA, 2003).

A primeira campanha realizada foi 1957 sendo voltado para pessoas com deficiência auditiva (Campanha de Educação para o Surdo Brasileiro) o seu objetivo era de promover medidas necessárias para a educação e mais assistências aos surdos de toda parte do Brasil. Passado um ano após a primeira campanha é criada outra campanha com o seguinte nome Campanha Nacional da Educação e Reabilitação do Deficiente da Visão.

---

<sup>7</sup>Associação de Pais e amigos dos Excepcionais (APAE) é uma associação em que, além de pais e amigos dos excepcionais, toda a comunidade se une para prevenir e tratar a deficiência e promover o bem estar e desenvolvimento da pessoa com deficiência, sendo de caráter filantrópico, com o objetivo de promover a inclusão de pessoas com deficiência. (APAEBRASIL. O que é a APAE e em que consiste seu trabalho?. Disponível em: <[www. Cascavel.apaebrasil. org. br/ noticia. Phtml/24541](http://www.Cascavel.apaebrasil.org.br/noticia.Phtml/24541)> Acesso em: 20 abr. 2016).

Já em 1960 foi criada a CADEME (Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais) o seu objetivo era de promover em todo território nacional desde a educação de deficientes até a sua reabilitação na sociedade. (MAZZOTTA, 1996, p. 52 *Apud* MIRANDA, 2003). Todo esse histórico da educação especial visava apenas à inclusão dos deficientes por completo nas redes escolares, quebrando barreiras impostas a eles durante muitos anos, toda essa concepção nos mostra que antes de olharmos apenas a sua deficiência todos têm que ver que eles são seres humanos com limitações, desejos, sonhos, vontades entre outros aspectos, assim como qualquer outro indivíduo considerado normal, as suas diferenças não lhes dão o direito de ser excluído do ambiente ao qual convive, assim como mostra no tópico seguinte que o direito à inclusão é para todos.

### **3.2 AS BARREIRAS ENFRENTADAS PELOS DEFICIENTES AUDITIVOS COM RELAÇÃO À INCLUSÃO**

Inclusão escolar refere-se ao ato de integrar pessoas que possuem necessidades educacionais especiais ou específicas em dada sociedade, sabe-se que a história da educação traz consigo uma grande marca de exclusão, onde o ensino era segregacionista, ou seja as pessoas que nasciam com qualquer tipo de deficiência eram excluídas por serem diferentes.

A educação especial passa a existir para acolher essas pessoas que eram excluídas da sociedade, e por lei é garantido a matrícula dessas pessoas em rede de ensino regular, com atendimento especializado em contra turno nas salas de recurso. A partir da política da educação inclusiva é que o modelo segregacionista é excluído das redes de ensino, essa ação só ocorreu após a Declaração de Salamanca (1994). Esse documento aponta a necessidade da educação e da escola ser para todos e a preparação adequada para os profissionais da educação dando maior ênfase a inclusão escolar e social. (GLAT; FERNANDES, 2005. Acesso em: 23 abr. 2016).

A partir da Salamanca é que surge o novo termo a ser usado para educação especial passando a ser conhecido como necessidades educacionais especiais, esse novo termo estende-se a todas as crianças, jovens ou adultos que possuem

deficiência, superdotada, as crianças de rua, as que, os nômades e outras. Os termos integração e inclusão tem gerado grandes discussões não somente no âmbito escolar como também na sociedade. Uma das maiores dificuldades que as escolas apresentam é em se trabalhar com a inclusão em sala de aula, fazendo com que o ensino aprendido chegue até todos sem que haja a segregação desses indivíduos, sendo uma escola democrática que visa a participação de todos sem nenhum tipo de discriminação. (GLAT; FERNANDES, 2005. Acesso em: 23 abr. 2016).

A partir da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) nº 9.394/96 que define a educação especial como sendo uma modalidade de educação escolar em todas as etapas de níveis de ensino, essa definição desvincula por completo o que seja educação especial de escola especial mostrando que ambas são totalmente diferentes, ou seja, a educação especial beneficia todos os alunados, transpassando o trabalho de educador que vai além da diversidade dos educandos. Inclusão não é apenas integrar ou incluir um educando no ensino regular é repensar suas práticas educacionais através do trabalho transdisciplinar junto à equipe gestora para melhor atender os educandos.

Existe uma diferença grande entre a utilização desses dois termos, onde cada um tem suas especificidades, quando nos referimos à inclusão estamos falando necessariamente da escola em estar preparada para receber os educandos que necessitam de educação especial com estruturas adaptadas, profissionais especializados e capacitados para trabalharem com a diversidade, oferece a essas crianças salas de recurso para o atendimento individualizado, e se necessário uma auxiliar também capacitada para contribuir com o aprendizado do mesmo. (CARVALHO, 2010).

Nesse modelo não só a escola participa da inclusão mais também a sociedade, onde são adaptadas as calçadas, banheiros públicos, pontos de comércio, telefones públicos entre outros aspectos, ao contrário da integração que se refere ao alunado com necessidades especiais estar preparado para se adaptar as normas que a escola propõe. Sendo assim no modelo de integração não a respeito com as individualidades, a escola é desprepara com profissionais mais ainda mais despreparados e a sociedade não faz questão que essas pessoas

estejam em seu meio participando ativamente da sua cidadania. (CARVALHO, 2010).

Já o modelo da inclusão veio quebrar todos esses paradigmas e preencher as lacunas que o modelo integracionista deixou nos apontando caminhos para a transformação da educação, abrindo caminho para a diversidade cultural, garantindo que todos tenham direito de participar da efetivamente da sociedade. Portando incluir não é o mesmo de integrar as pessoas com necessidades educacionais especiais, deve-se trabalhar com os educandos a partir das diferenças e não na igualdade. A diferença entre ambos pode-se notar na tabela 3 logo abaixo. (Inclusão. Revista da educação Especial, 2005)

Tabela 3 - As principais diferenças entre integração e inclusão

<b>INTEGRAÇÃO</b>	<b>INCLUSÃO</b>
Competição	Cooperação/ Solidariedade
Seleção	Respeito às diferenças
Individualidade	Comunidade
Preconceito	Valorização das diferenças
Visão Individualizada	Melhora para todos
Modelo Técnico- Racional	Pesquisa Reflexiva

Adaptada pela autora: AROUCHE, Jéssica Pereira. 2016.

Com essa tabela nota-se a grande diferença entre ambas, e isso tem que ser mudado no âmbito escolar, integrar um aluno com necessidades educacional especial (NEE) não é a melhor forma de torna- lós ativos na sociedade e muito menos minimizar olhares preconceituosos em relação a eles. Incluir- lós é respeitar as suas diferenças e seus limites, é reconhece- lós como seres humanos capazes de interferir no meio em que se está inserido e principalmente entrega-los a sua cidadania.

## 4 A DEFICIÊNCIA AUDITIVA: UM ECO NA HISTÓRIA

Conhecer a história da educação das pessoas surdas é compreender a evolução e as conquistas que atualmente esta comunidade tem conquistado na sociedade. A luta da comunidade surda<sup>8</sup> por respeito e reconhecimento não vem sendo uma tarefa fácil e muito pouco valorizada, pode se observar que essa conquista está relativamente notória na educação, sociedade, cultura entre outros aspectos.

### 4.1 O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES SURDAS

A trajetória dos surdos acontece há muitos anos atrás na Antiguidade de acordo com Silva (2009, p.01) “as pessoas que nasciam surdas eram tratados como animais, pois em suas concepções os pensamentos se davam somente através da fala”. Por esse motivo os surdos não tinham direito a educação, pois nos pensamentos dos povos da antiguidade os surdos não adquiram conhecimento.

Na Idade Média as crianças surdas que nasciam neste período, eram jogadas vivas uma imensa fogueira, eram consideradas pessoas estranhas que despertava a curiosidade de toda a sociedade. Passando assim, para a Idade Moderna, neste período, os surdos que tinham capacidade de falar tinham direito a receber herança. (SILVA, 2009).

Um dos defensores dos direitos das pessoas com deficiência auditiva foi Girolamo Cardano (1501-1576) um médico filósofo que reconhecia as habilidades das pessoas surdas. (STROBEL, 2009); o monge Pedro Ponce de Leon (1510-1584) ele estabeleceu na França a primeira escola voltada para os surdos; Juan Pablo Bonet (1579-1623) foi o primeiro que publicou um livro onde enfatizava os métodos orais para pessoas surdas. Entre outros que tiveram bastante influência nos estudos voltados a surdos. (STROBEL, 2009).

---

<sup>8</sup>A comunidade surda na verdade não é só de surdos, já que tem sujeitos ouvintes junto, que são família, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em um determinado localização que podem ser as associações de surdos, federações de surdos, igrejas e outros. (STROBEL, **História da educação dos Surdos**. Disponível em: [www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/.../comunidade\\_culturasurda.htm](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/.../comunidade_culturasurda.htm)> Acesso em: 22 abr.2016.

Já na Idade Contemporânea até os dias atuais os pensamentos referentes aos surdos são transformados, agora pensam no ensino aprendizagem dessas pessoas, na inclusão dos mesmos em uma rede regular de ensino, as leis reforçam os direitos pertencentes às pessoas com qualquer deficiência. Pensa-se mais na participação ativa desses indivíduos como cidadão. (STROBEL, 2009). Até nos dias atuais os surdos tem o olhar das outras pessoas somente pela sua incapacidade e não pelo que podem realmente oferecer.

Corroborando com a ideia de Strobel (2008; *Apud*, Beserra; Melo; Souza 2011).

“O povo surdo são sujeitos que compartilham os costumes, histórias, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades culturais. As pessoas surdas têm capacidades iguais às pessoas ouvintes, mas sofrem com as formas de limitação impostas pela sociedade construída num modelo ouvinte, que privilegia a comunicação oral-auditiva, desconhecendo e desrespeitando a cultura surda”. (STROBEL. 2008; *Apud*, BESERRA; SOUZA, 2011; p. 02).

Atualmente existem várias organizações e associações da Comunidade surdas espalhadas por toda parte do Estado do Mato Grosso, todos os movimentos oferecidos a comunidade surda tem- se o apoio e a colaboração Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS)<sup>9</sup>. Os movimentos surdos ao enfrentar diversas barreiras concretizam suas ações sempre no nono mês do ano se caracteriza com o nome Setembro Azul, esse mês é marcado pela lembrança, lutas e conquistas de todas as pessoas com deficiência auditiva, sendo assim a cor azul simboliza-os.

O município de Juína, Mato Grosso, não se encontram com muitos centros especializados para desenvolverem atividades com aquelas pessoas que apresentam quaisquer deficiência, a cidade conta apenas com uma entidade filantrópica que trabalha pedagogicamente com essas pessoas, a Escola Pestalozzi Renascer trabalha com educandos com deficiência intelectual, auditivos e múltiplas muitos em contra turno, pois os mesmos frequentam o ensino regular.

---

<sup>9</sup>A FENEIS é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos com finalidade sociocultural, assistencial e educacional que tem por objetivo a defesa e a luta dos direitos da Comunidade Surda Brasileira. É filiada à Federação Mundial dos Surdos e suas atividades foram reconhecidas como de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal. Ela é ainda a principal captadora de recursos para as ações coletivas do Movimento Surdo. (UNICAP. **Federação Nacional de Educação e Integração**. Disponível em: < [www.unicap.br/coloquiodehistoria/](http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/)> Acesso em: 22 mar.2016

As sociedades em geral acreditam que todos os surdos são mudos, pois somos ensinados desde de criança que só se aprende a falar porque ouvimos as palavras, essa expressão pode ser considerada preconceituosa e equivocada. Segundo Lima (1996) uma pessoa só pode ser considerada muda quando ela não faz uso de seu aparelho fonador, esse conjunto órgãos é que faz com que o som da fala aconteça, no caso do deficiente auditivo é o seu aparelho auditivo que não absorve o som e a pessoa pode variar de grau de surdez do leve ao grave, nesse sentido esclarece que a mudez não está relacionada à surdez.

Atualmente apesar das barreiras enfrentadas pelas pessoas surdas, só da Língua Brasileira de Sinais está sendo inserida na formação dos professores e em muitas salas de aulas do ensino regular pode ser considerado um grande avanço, mas ainda tem muito que transformar melhorar, essa transformação está acontecendo aos poucos mais que deve parar por completo, pois necessita-se de uma verdadeira inclusão social e escolar.

#### **4.2 AÇÕES DESENVOLVIDAS A PARTIR DA LEI 10.436/2002 E O DECRETO 5.626/2005**

Todas as ações que ocorrem a partir da Lei 10.436/ 2002 até a chegada do Decreto 5.626/2005 foram de grande transformação na sociedade atual, somente o fato da LIBRAS estar sendo inserida nas unidades de ensino já se pode se considerar um avanço significativo. Essa luta é constante e necessita de um olhar diferenciador não somente do âmbito escolar mais também de todos que constitui a sociedade brasileira.

A Lei 10.436 de 22 de Abril de 2002 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais o reconhecimento como meio legal de comunicação e expressão, assim como está previsto no parágrafo único do artigo 1º, onde ressalva que a LIBRAS é um meio de comunicação e expressão, onde o sistema linguístico é de natureza visual-motora, abdicando de uma estrutura gramatical própria diferente de outras linguagens das comunidades surdas.

Portanto a LIBRAS fica reconhecida como um meio de comunicação das comunidades surdas brasileira nas redes de ensino Federal, Municipais, Estaduais e as do Distrito Federal visando garantir a inclusão nos cursos de formação de

Educação Especial, fonoaudiologia, Magistério e nos níveis médio e superior, fazendo com que a LIBRAS seja integrada como parte fundamental dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Sendo que a mesma não poderá ser substituída pela a disciplina de Língua Portuguesa. (CARDOSO; SOUZA, 2002). Mas a portaria 002/20015 do MEC dispõe a LIBRAS em todos os cursos superiores.

Apesar dessa lei ter sido aprovada houve a necessidade de serem repensados alguns aspectos que pode ser notório no Decreto 5.626 de 22 de Dezembro de 2005 que vem regulamentar a Lei 10.436/ 2002. Esse novo regulamento veio com intuito de incluir os alunos com deficiência auditiva e dispor sobre a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular de professores e ao curso de fonoaudiologia.

Com relação ao novo decreto houve muitas contribuições significativas quando diz respeito à educação de pessoas surdas, ressalva no Artigo 3º desse decreto que a disciplina LIBRAS está estabelecida para o Ensino Superior nos cursos de Pedagogia, Educação Especial, Fonoaudiologia e nas diversas licenciaturas. O objetivo desse decreto é preparar os educadores para receberem em suas salas de aulas comuns educandos com NEE. Pois não se pode mais querer ignorar os diferentes meios de ensino com relação aos educandos em uma classe de aula e cabe ao educador oferecer um ensino de qualidade a todos (ALMEIDA; VITALIANO, 2012).

Somente pelo fato da LIBRAS ser atualmente uma disciplina nas universidades e em algumas escolas públicas e privadas já se pode ser considerado um grande avanço na educação. De acordo com Strobel (2008):

“São raros os professores habilitados para trabalhar com os alunos surdos em sala de aula. Na maioria dos cursos de Pedagogia nas universidades não tinham estas especializações para esta área somente agora salvo pelo decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005 que dá obrigatoriedade das aberturas de cursos de Libras nestes cursos, as coisas podem melhorar”. (STROBEL. 2008, p. 102 *Apud* ALMEIDA; VITALIANO, 2012, p. 03).

Pensando, nessa perspectiva, notamos a necessidade em se investir tanto na formação inicial como na formação continuada dos professores para que haja uma melhor contribuição no ensino aprendizagem de pessoas com NEE, pois tudo

que se refere à exclusão desses educandos pode estar no convívio em sala de aula, na didática do professor ou até mesmo na relação entre professor e aluno.

O Decreto 5.626/2005 não dispõe somente da LIBRAS como uma disciplina escolar, mas também da importância de incluir nas grades de professores, o professor surdo, porém existe ainda um certo preconceito em se contratar um professor surdo pela grande dificuldade de comunicação tanto com a coordenação da instituição como também a interação entre professor e aluno. (ALMEIDA; VITIANO. 2012)

O que a sociedade, família, educandos e escola têm que saber é a competência do professor é um dos aspectos indispensável assim como também a sua formação por essa razão é que a transformação para um mundo igualitário está nas mãos não somente do educador mais sim de todos que integram a sociedade brasileira. A educação bilíngue pode ser uma nova alternativa para se pensar em inclusão de educandos com Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma de suas propostas é que a educação de pessoas surdas e ouvintes sejam baseadas em duas línguas: A Língua Brasileira de Sinais e o Português. (BEZERRA; MELO; SOUZA.2011).

Esse tipo de educação é garantido pela Lei 10.436/2002 e sendo regulamentada pelo Decreto 5.626/ 2005, prevê a “necessidade da instituição de ensino oferecer a disciplina de LIBRAS e também a Língua Portuguesa desde a educação infantil”. (GODOI, et al, 2013, p.03). A inclusão é um termo que está sendo bem discutido na sociedade atual, porém é muito difícil em ser posto em prática pelas os seres humanos. Nessa perspectiva será analisado como está ocorrendo a Educação Especial de deficientes auditivos no Município de Juína Mato Grosso.

## 5 METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso foi utilizado diversos autores que abordam sobre o mesmo assunto como: Ronice Müller Quadros, Rosita Elder de Carvalho entre outros autores citados no decorrer do trabalho, entre blogs artigos, revistas, Constituição Federal e a Lei 10.436/ 2002 entre outros meios de estudo. A pesquisa foi realizada a partir das palavras chaves deste trabalho com o intuito de analisar como estava sendo a formação dos educadores para se trabalhar com as crianças que apresentam deficiência auditiva, se a escola está preparada para incluir não somente o deficiente auditivo como também as demais se a LIBRAS está sendo inserida nos currículos escolares como disciplina escolar para que se possa ter uma sociedade inclusiva.

A pesquisa de campo foi realizada em uma escola pública localizada na zona urbana especificamente no modulo 05 do município de Juína Mato Grosso denominada aqui como escola X, esta escola é mantida pelo governo atende o Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e tem aproximadamente 1380 alunos matriculados. De acordo com o PPP (2015) da Escola X os educandos que frequentam a escola são de classes média e baixa são famílias que recebem do governo auxílio como o Bolsa Família muitos moram em casa alugada e residem entre o modulo 05 e 06, são crianças e adolescentes que estudam no ensino fundamental e médio com idades entre 10 a 18 anos de idade.

A coleta de dados deu-se a partir da observação e por meio de uma conversa informal e espontânea com os educadores, somente em três classes que haviam um deficiente auditivo as classes observadas ocorreram duas (02) nos períodos vespertino e uma (01) no matutino, a primeira classe observada foi o 5º ano do 2º Ciclo vespertino, a segunda observação foi no 7º ano do 3º Ciclo vespertino e a última classe observada foi o 9º ano do 3º Ciclo matutino.

Em cada classe observada o pesquisador sentou-se na segunda fileira perto da entrada da porta e no último lugar para que se pudesse ter uma melhor visualização da classe, utilizando apenas um caderno e uma caneta para realização das coletas de dados, onde a mesma permaneceu em sala durante as quatro horas de aula e no intervalo pedia para os educadores conversar sobre a sua relação com

o aluno deficiente auditivo essa conversa não era anotada no caderno, apenas era uma conversa informal que fluía naturalmente.

Foi observado a didática do educador e sua relação com aluno com necessidades educacionais especiais, a estrutura escolar, conteúdos, convívio desses educandos com os colegas e se a escola dispõe a esses alunos uma intérprete em sala de aula os acompanhando totalizando quatro (4) horas.

A observação foi realizada durante quatorze (14) dias do mês de Outubro de 2015, em dias alternados inicialmente o pesquisador em sua coleta de dado sobre a inclusão dos deficientes auditivos e de sua linguagem, foi empregado o método indutivo que para Lakatos e Marconi (2003) é generalizar uma verdade particular ou universal, ou seja, o pesquisador irá a campo já com uma concepção já formada a partir de sua convivência particular com um surdo- mudo, partindo para o método dedutivo onde serão analisados os dados coletados da vida escolar dessas pessoas com deficiência auditiva com o meio social, onde a partir da observação na escola será analisado se método indutivo acontece na realidade ou se é apenas uma generalização. Os dados coletado pelo o pesquisador foi descrito nesse trabalho em forma de texto nos capítulos e em um tópico específico denominado como aqui como 6.1 Relato de Observação de uma Escola Pública no Município de Juína- MT para que haja melhor entendimento não somente do pesquisador como também aos dos leitores.

O pesquisador ao observar a estrutura da rede de ensino e os materiais didáticos ofertados a esses alunos verificou que a Lei 10.436/2002 não sendo posta totalmente em prática, pois a escola não dispõe de uma intérprete em sala de aula e os materiais didáticos não são dispostos aos educadores nas duas línguas, Portuguesa-LIBRAS, assim como pode ser encontrado no PME em sua estratégia 4.5, onde visam que é direito do educando com surdez ter em sala uma intérprete de Linguagem de sinais e que é obrigatoriedade da escola fornecer materiais didáticos em Português, Linguagem de sinais e braille entre outros aparelhos de ampliação sonora e equipamentos que facilitam o ensino aprendizagem desses educandos.

## **6 EDUCAÇÃO ESPECIAL DE DEFICIENTES AUDITIVOS NA CIDADE DE JUÍNA-MT**

Neste item será abordado a educação das pessoas com deficiência auditiva no município de Juína Mato Grosso em uma escola pública que se situa no módulo 05, que atende o ensino fundamental, médio nos períodos matutino, vespertino e noturno com o projeto Educação de jovens e Adultos(EJA).

Juína é um município localizado ao Noroeste do Mato Grosso com aproximadamente 39.000 Mil habitantes distribuídos em setores rurais e urbanos, a cidade conta com aproximadamente onze (11) escolas públicas e oito (8) Centro de Educação Infantil e uma Instituição que atende pessoas com quaisquer tipos de deficiência, nomeada Escola Pestalozzi Renascer. (BASTOS, 2009).

A Escola Pestalozzi Renascer foi fundada no município de Juína Mato Grosso em 08 de Outubro de 1991 é considerada uma entidade filantrópica de natureza assistencial, inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), atualmente essa entidade atende por volta de 119 educandos entre crianças, jovens e adultos com deficiências de diversos níveis, os alunos que frequentam essa escola recebe atendimento pedagógicos e terapêuticos entre outras atividades complementares que segundo o PPP (2016, p. 5) da Pestalozzi são: Fonoaudióloga, Fisioterapia, Hidroterapia, Artes, Teatro, Oficinas pedagógicas com metodologia de estimulação, Informática, Horticultura, Culinária, Acabamentos em Madeira, Malharia, Floricultura e tapeçaria.

Essa entidade recebe auxilio do município de Juína e de outros órgãos para manter-se em funcionamento, o principal objetivo da escola da escola Pestalozzi é atender crianças, jovens e adultos que apresentam quaisquer deficiência, através de um trabalho especializado, visando a interação da família, escola e comunidade em geral buscando sua inclusão social e escolar assim como sua autonomia e exercício pleno de sua cidadania.

As escolas regulares desde Município aderiram ao seu Projeto Político Pedagógico (PPP) a inclusão de pessoas com Atendimento Educacional Especializado (AEE) em seu ambiente, trabalhando assim com a diversidade, socialização e a cidadania desses indivíduos, elas garantem o pleno acesso de qualquer educando que necessita de uma educação especial. A sala de recurso nas

escolas é trabalhar com os alunos em contra turno, onde a mesma ampara diversas crianças que necessitam de um atendimento diferenciado.

Assim como está descrito na Declaração de Salamanca (1994) as escolas regulares que possui em sua estratégia didática a orientação inclusiva não está somente incluindo a pessoas que necessitam de atendimento educacional especializado nas redes de ensino regular como também contribui para o combate de atitudes discriminatórias com essa ação constrói-se uma sociedade inclusiva alcançando a então desejada educação para todos.

A sala de recurso multifuncional da Escola Estadual X encontra-se vários equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos para melhor atender os seus educandos, a escola trabalha de acordo com a Resolução CNE/CEB Nº 4/2009 que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado, assim como está previsto no Artigo 5º:

“Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios”.(BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial, 2010, p.5-6).

A escola não tem muitos alunos com deficiência auditiva, mas conta com outras pessoas que necessitam de atendimento especial como: cadeirantes, pessoas com hiperatividade entre outras necessidades especiais. Juína compreende a necessidade dos seus moradores em incluir todas as pessoas em sua sociedade desta forma dispõe de Curso de LIBRAS para que não só os profissionais da educação se especializem como também aos demais que se interesse em aprender essa língua.

## **7 ANÁLISE E DISCUSSÕES DE OBSERVAÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE JUÍNA- MT**

Juína é uma cidade pequena que vem crescendo a cada dia através dos pontos de comércio, as escolas públicas estão se aprimorando para receber todos os seus educandos com um ambiente acessível, garantindo assim a participação de todos sem discriminação. As poucas escolas que se tem deficientes auditivos inseridos trabalham de forma que os educandos se sintam bem no ambiente de estudo e que suas diferenças sejam respeitadas por todos.

Com a pesquisa a campo pôde-se perceber que a educação das pessoas com deficiência auditiva na escola observada ainda está muito fragmentada sem o apoio de materiais didáticos e com professores despreparados para desenvolverem atividades que promovam o ensino e aprendizagem desses indivíduos, sendo assim os conteúdos acabam ficando vagos e sem nenhum avanço significativo, esses alunos acabam sendo excluídos pelo próprio sistema educacional que não fornece uma interpretação para os acompanhar durante as aulas. Portanto a educação voltada para pessoas com deficiência ainda tem muito que mudar e de ser pensada e repensada para que se chegue no verdadeiro conceito de inclusão escolar e social.

A primeira observação foi realizada no 5º ano do 2º Ciclo vespertino no dia 2 de Outubro de 2015 no período vespertino, nesta classe tem aproximadamente 20 alunos e apenas um aluno com deficiência auditiva, o nível de surdez do educando é considerado leve, em sala de aula ele é bem extrovertido não se difere dos outros, tem dificuldades nas disciplinas, não para quieto em sua carteira, assim como as outras crianças

A sua relação com seus colegas e educadores é considerada boa, porém a comunicação com o mesmo não é clara pois tanto os educadores como também os colegas de classes não sabem falar através da Língua de sinais, apesar do aluno com deficiência auditiva ouvir pequenos sons percebe-se que os colegas não compreendem a sua comunicação, pois o mesmo utiliza a linguagem de sinais. Por essa razão muitos educandos não tem um contato direto com o mesmo. Com os poucos colegas que o aluno "A" com deficiência auditiva tem uma relação mais próxima se comunicam através de bilhetinhos, porém nota-se um interesse dos alunos ouvintes em querer aprender alguns sinais da LIBRAS, o professor da classe

ao explicar o conteúdo fala pausadamente e após a explicação ele explica vagorosamente o conteúdo ao aluno “A”.

Em uma conversa informal com a professora da disciplina de Português, pergunto a ela como é sua relação com os alunos “A”, ela relata que é boa, porém dificulta muito a sua transmissão do conteúdo para o mesmo mais que o aluno é muito inteligente e esforçado e diz que ele faz uso do aparelho de surdez, porém ela tem que ir até sua carteira para explicar mais uma vez para ele. Ela diz que não compreende muito o que o aluno quer falar, pois ela não sabe muito bem o alfabeto manual e reclama de a criança não ter em sala de aula uma interprete para facilitar essa relação entre ambos.

A professora relata que em sua formação nunca que se pensava em agregar nas disciplinas a LIBRAS e que atualmente está refletindo na sociedade em forma de exclusão desses indivíduos e no tempo de sua formação se a pessoa quisesse aprender tinha que fazer o curso e era um interesse dela, porém por falta de tempo por trabalhar na escola nos períodos matutino e vespertino não tinha tempo para participar do curso mais que ainda pretende fazê-lo. Ela disse que a escola está atrás de interprete ou de alguma professora que tenha conhecimento em língua de sinais para auxiliar em sala de aula mais sem sucesso e que todo dia ela planeja suas aulas pensando no aluno “A”.

Apesar da tentativa da Educadora em elaborar sua aula pensando na necessidade do aluno com surdez notou-se um despreparo do professor em se comunicar e compreender o seu alunado, segundo o professor da escola X a inclusão não ocorre perfeitamente pelo fato do mesmo não ter em sala uma auxiliar e que a sua formação não é adequada para trabalhar de forma diferenciada e que a falta de uma interprete acompanhando o aprendizado desses alunos faz com que eles ainda sejam excluídos e que não tenha um avanço em sua inclusão escolar.

A segunda observação foi realizada no 7º ano do 3º Ciclo no dia 6 de Outubro de 2015 a observação foi realizada no 7º ano do 3º Ciclo do período vespertino a classe tem aproximadamente 22 alunos e apenas 1 aluno com deficiência auditiva, o aluno “B” é muito inquieto não faz toda as atividades proposta para a aula, o mesmo fica o tempo todo incomodando os outros alunos na cadeira essa ação faz com que os professores os chamem a atenção a todo momento, a surdez deste alunos é considerado leve ele faz uso do aparelho auditivo e faz aulas de fonoaudiologia, mas

ainda não tem a fala completa por essa razão utiliza a linguagem de sinais para se comunicar .

A relação do menino com classe não é muito boa, pois o menino atrapalha os outros colegas, onde os mesmos acabam excluindo-o dos trabalhos em grupo, alguns alunos ouvintes faz piadinha com o aluno “B” e não o chama pelo nome e sim de mudinho. Em trabalho de grupo o menino só é inserido dentro de um após a sua intervenção e mesmo assim não participa diretamente do trabalho, o aluno “B” na hora de desenvolver o trabalho fica direto saindo da sala e ao entregar o trabalho o nome do menino vai junto como se estivesse participado da elaboração da atividade.

Em uma conversa informal na hora do intervalo com o professor da disciplina de história ao qual pediu o trabalho em grupo, o pergunto a respeito do Aluno “B”, ele relata que o menino é muito imperativo, porém não se tem um laudo constando que esse aluno seja realmente imperativo a educadora da classe relata que a criança com surdez não se interessa em estudar e que é muito difícil transmitir o conteúdo para ele, pois a professora não tem noção de como falar em Língua Brasileira de Sinais e que o fato dele não ter uma auxiliar acaba atrapalhando o desenvolvimento dos outros alunos da classe.

Ao pergunta se para ele a inclusão dessas pessoas acontece ele diz que acontece mais não como deveria ser que em sala de aula os alunos com deficiência teria que ter uma auxiliar para ajudar tanto o aluno como também os professores, mais que a exclusão também acontece principalmente na hora de formar grupo para apresentar para a classe e diz que muitos dos seus alunos falam que também queriam ser mudos para não poder apresentar e mesmo assim ganhar nota. Nessa situação foi perguntado como ele faz para avaliar a aluno o professor relatou que através de trabalhos que ele faz para entregar e que avalia também no decorrer das aulas.

Após o intervalo foi observado a estrutura da escola e os materiais didáticos com relação a estrutura, recentemente a escola aderiram nas paredes acima dos nomes dos respectivos lugares como: Coordenação, Secretária, Sala dos Professores, Sala de Recurso, Banheiro uma placa com os nomes representado no alfabeto manual, ao contrário dos materiais ofertados pela biblioteca que não vem representado em língua de sinais, porém a escola encontra-se sem nenhum profissional que saibam utilizar a LIBRAS como meio de comunicação.

A última observação foi feita no 9º ano do 3º Ciclo no período matutino a turma tem aproximadamente 23 alunos com 1 aluno com surdez profunda, a classe é bem compreensiva com relação a deficiência que a aluna “C” apresenta, esta aluna frequenta o ensino regular e a Pestalozzi, ela é bem extrovertida e muito interessada nos estudos tem amizade com todos da classe.

A aluna com deficiência auditiva consegue fazer leitura labial e isso faz com ela tenha melhor compreensão das explicações dos professores, a sua comunicação com seus colegas é realizada através de bilhetes, quando o professor está explicando o conteúdo ela fica atenta aos movimentos dos lábios do professor e os professores falam pausadamente para que ela compreenda, a relação professor e aluno é de muito respeito, assim também com os demais funcionários da unidade de ensino e com os demais colegas de classe.

A conversa informal ocorreu com uma professora da disciplina de Português que leciona a anos na escola foi lhe perguntado se a escola sempre teve alunos com deficiência auditiva, ela diz que com essa deficiência não, pois muitos estudam em outras unidades de ensino ou na própria Pestalozzi mais que cadeirantes entre outras deficiência era mais frequente, a pergunta sobre os materiais didáticos ela disse que não tem muito suporte com essa relação que as vezes quando a aluna “C” vai para a sala de recurso não tem muitos materiais para que ela possa desenvolver. Pergunto como é sua relação com a menina a professora diz que boa e que a menina é um amor, carinhosa, dedicada mais que poderia ser melhor ainda, pois ela não sabe se comunicar com a menina como deveria e que é uma pena a menina não tenha uma interprete em sala de aula.

Nota-se que a escola apesar de ter em sua grade de alunos pessoas com deficiência seja ela auditiva, cadeirantes entre outros a escola ainda não está preparada principalmente os professores que se encontram despreparados para trabalhar com essas pessoas, muitos relatam que não tem apoio do governo com materiais didáticos para desenvolver as suas aulas.

A escola X pública observada no município de Juína apesar de ter em seu ambiente alunos com deficiência auditiva inseridos nas salas de aulas regulares não se encontra com profissionais capacitados para se comunicar com essas pessoas, onde acaba dificultando o ensino aprendizagem dessas comunidades como também a sua interação com os educadores e colegas de classe.

Apesar de estar assegurado por lei que um deficiente auditivo tem direito de ter em sala de aula uma intérprete para lhe acompanhar em sala de aula, isso não foi observado. A escola tem somente três alunos com deficiência auditiva e os professores regentes não tem conhecimento ao menos do alfabeto manual, sua comunicação com os alunos surdos muitas vezes é utilizada por meio de escrita, outros professores falam pausadamente para que aquele aluno possa fazer a leitura labial.

Após a pesquisa constatou que os alunos com deficiência estão inseridos nas redes regulares de ensino ainda na forma de integração, onde muitas vezes são excluídos dos trabalhos em grupo e quando são inseridos não os deixam participar da elaboração do trabalho, o nome da pessoa surda é apenas inserido no trabalho para que possa receber nota e assim ser aprovado. Assim como pode ser observados nos anexos.

Portanto a Resolução 02/ 2015 da portaria do MEC veio dar subsidio sobre a importância da LIBRAS ser inserida como uma disciplina escolar e ser imposta na formação inicial e continuada de todos os professores para que a inclusão seja alcançada assim como está descrita na lei, levando os educandos a refletir sobre as suas ações muitas vezes preconceituosas e discriminatórias. Notou-se que os olhares dos educadores estão voltados somente para a deficiência que os educandos apresentam e não ao ser humano essa ação faz com que ainda haja exclusão no âmbito escolar.

Muitos professores reclamam que não tem uma auxiliar em sala, se o possuem, afirmam que, não são profissionais capacitados para trabalharem com a necessidade que o aluno com deficiência necessita dessa forma mostra que os auxiliares estão apenas como babás dessas crianças, já na sala de recurso esses alunos apenas brincam com os materiais pedagógicos, pintam desenhos ou usam os computadores para jogar, muitos deficientes são retirados do horário de aula para ir a sala de recurso, com isso perdem conteúdos e a socialização com os seus colegas de classe, onde o mesmo só poderia estar tendo acesso a sala de recurso em contra turno.

Fica evidente que na escola observada os alunos com qualquer tipo de deficiência estão apenas inseridos na escola ainda no modelo de integração não só na escola mais também na sociedade, onde muitos pontos de comércio, hotéis não

são adaptados para receberem esses indivíduos. Por essa e por outras questões é que a sociedade ainda está longe de ser considerado inclusivo ainda tem muitas coisas para serem transformada na sociedade e âmbito escolar para chegarmos a verdadeira inclusão.

A primeira classe observada obteve-se um resultado inesperado para o pesquisador, pois quando vivenciamos a vida real desses alunos com deficiente auditiva dentro da escola, nota-se que as Leis que tanto- os protegem assim como a Declaração de Salamanca, porém não é o que acontece na realidade desses indivíduos, exclusões e rotulações é o que mais acontece na escola observada. Apesar da escola estar se adequando para amparar da melhor forma seus educandos que apresentam quaisquer deficientes, desde os cadeirantes até aos que necessitam de um maior apoio.

A educação inclusiva veio com o intuito de assegurar os direitos não somente dos deficientes auditivos, cadeirantes, visuais entre outros, esse novo modelo garante o direito daqueles que apresentam altas habilidades como superdotação, nesse sentido visam promover e assegurar a inclusão entre todos. A realidade da escola X observada é completamente diferente trabalham-se com a forma de integração dos educandos com conteúdo e sem valor significativo para os mesmos e aos demais alunos, professores sem preparo para desenvolverem atividades diversificadas com as crianças com surdez, apresentando muita dificuldade em se comunicar ou compreender a sua comunicação.

Portanto a escola X observada trabalha-se com a inclusão camuflada, pois os deficientes auditivos ainda estão sendo excluídos das atividades da escola e principalmente em classe, onde sua exclusão torna-se notória quando é solicitado que façam grupos para elaborar trabalhos, nesse sentido a escola trabalha-se ainda com o modelo segregacionista, onde o termo inclusão que pode ser observada na tabela 3 deste trabalho está apenas garantida nas leis e não está sendo praticada a educação inclusiva necessita de um novo olhar, pois a escola observada tem muita coisa para ser transformada e assim transformar por completo garantindo a educação inclusiva e não somente a integração desses educandos que os desrespeita a todo tempo, classificando- os como alunos bons e ruins e essa classificação discriminatória não pode ocorrer dentro do ambiente escolar.

## 8 CONCLUSÃO

Atualmente vivemos um momento de grande transformação na educação com relação a pessoas com necessidades educacionais especiais, onde escolas consideradas modernas estão a cada dia sendo desafiada com relação a educação inclusiva, pois quebrar os paradigmas está sendo uma das maiores barreiras para a inserção de pessoas com deficiência, garantir somente o acesso desses alunos no momento da matrícula não pode ser considerado inclusão esse conceito vai além de alunos estarem matriculados em uma rede de ensino, tem que ser garantido a sua participação em todas as atividades da escola, o seu ensino aprendizagem e o seu desenvolvimento como ser humano.

Desenvolver práticas inclusivas na educação de educandos com deficiência auditiva está sendo uma tarefa árdua para os educadores, pois a suas didáticas esbarra na comunicação entre professor e aluno sem esse contado direto o desenvolvimento intelectual dos alunos com surdez ficará comprometido não permitindo o seu avanço escolar. Inserir a LIBRAS no âmbito escolar como forma de inclusão pode ser considerado uma ferramenta primordial para o acesso e a comunicação de qualidade entre os alunos surdos com os ouvintes e aos demais funcionários da instituição.

Este trabalho contribui significativamente para a formação da acadêmica, possibilitando conviver e conhecer a realidade das pessoas com deficiência auditiva no âmbito escolar, as didáticas utilizada pelos educadores em sala de aula e a relação entre professor e aluno e a observação na escola pública X possibilitou vivenciar uma das maiores dificuldades dos educadores em transmitir conteúdo trabalhar e forma significativa com os alunos surdos é um dos obstáculos a serem vencidos todos os dias. Portanto cabe ao educador rever as suas ações buscar especializar-se em Língua Brasileira de sinais é um dos recursos primordiais para garantir a verdadeira inclusão escolar e social de pessoas com surdez.

Portanto os professores regentes da escola observada tem que se adequarem para que haja o desenvolvimento do aluno surdo em sala de aula a falta de uma interprete não pode ser considerada uma barreira entre professor e aluno, se a comunicação deste aluno é através da Língua de Sinais, cabe então ao

educador dominar essa língua tornado- se apto para atender os alunos surdos em todas as suas dificuldades e especificidade.

Esta pesquisa tornou-se relevante para se pensar em educação inclusiva de alunos que apresentam deficiência auditiva refletindo sobre a escolas regulares aderirem ao bilinguismo, uma vez que as comunidades surdas tem que aprender a Língua Portuguesa falada, cabe a todos também aprender a Língua de Sinais que é o meio de comunicação utilizada por pessoas surdas principalmente os educadores que tem um papel fundamental no processo de ensino aprendizagem, este trabalho tem como intuito subsidiar a atuação dos professores atuantes e os futuros professores sobre a importância de sua formação com relação as necessidades educacionais apresentada por seus educandos e assim tornando a Linguagem de sinais, um ato de inclusão social e principalmente escolar.

As indagações realizadas no início para se construir esse trabalho foram todas sanadas no decorrer da coleta de dado na escola pública X, os alunos dessa unidade de ensino principalmente aqueles que apresentam uma necessidade educacional especial encontram-se apenas integrados no ambiente educacional, onde professores não tem apoio dos governantes do país para trabalhar com esses alunos de forma que sua aprendizagem seja garantida. A sua exclusão inicia na estrutura escolar que aos poucos está se aprimorando para receber esses educandos com deficiência, são poucos os materiais didáticos para se trabalhar com a LIBRAS ou com outros educandos, a sala de recurso é utilizada de forma inadequada, sendo vista pelos educandos apenas como uma sala de diversão.

Os educadores reclamam que os alunos com deficiência não tem em sala aula uma auxiliar, porém não observam que o fato desses alunos ser ou não inclusos em uma rede ensino vai além do que a criança ter em seu lado uma auxiliar, é função do educador garantir o ensino aprendizagem de qualquer pessoa com segurança, respeito, proporcionando a socialização entre todos.

Através da pesquisa a campo o pesquisador pôde vivenciar a dificuldade que os educadores enfrentam para proporcionar um bom aprendizado aos seus alunos, porém muitos professores encontram-se acomodados com a sua didática, tornando impossível a transformação para atender a diversidade, atualmente as auxiliares são vistas apenas como uma babá daquelas crianças ou adolescentes que possuem NEE.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois através da conversa informal com os educadores sobre o dado assunto, mostraram que tem consciência que a sua formação enquanto professor é muito importante para esse processo de inclusão e que cabe aos professores estarem sempre se especializando para ampliar o seu conhecimento e assim modificar a sua didática para atender a todos sem discriminação.

Apesar da escola observada ainda apresentar algumas falhas nesse sentido, pode se considerar um grande avanço na inclusão dos deficientes auditivos no ensino regular, mas que ainda necessita de novos olhares para que a transformação aconteça por completo, pois o professor tem um papel fundamental na vida do seu aluno. Podendo levá-los ao sucesso ou reprimi-los de uma forma que refletira negativamente no seu futuro. A tabela 3. As principais diferenças entre integração e inclusão mostra claramente a diferença entre ambas e o que a escola não pode utilizar o modelo de integração, pois esse modelo faz com que cresça no ambiente escolar a competição e o preconceito que é uma das ferramentas de exclusão escolar e social.

Para que essa problemática seja resolvida a escola tem que dar suportes com livros didáticos traduzido na linguagem de sinais e quando os educadores puxarem para si a responsabilidade de sua formação não somente esperar a escola fornecer na formação continuada a especialização em LIBRAS, pois cada educador tem que ter consciência que sua formação não escolhe quem serão os seus alunos, portanto somente quando os educadores terem um novo olhar para a necessidade de seu aluno buscando formação fora da escola para que a inclusão dos deficientes seja realmente garantida é que a educação inclusiva terá o seu objetivo alcançado e o preconceito, discriminação entre outros meios de rotulações deixará de ser um grande problema na sociedade.

## REFERÊNCIAS

AFILOSOFIA. **Pré- conceito e Preconceito**. Disponível em: <www. Afilosofia.com. Br/post/pré- conceito-e-preconceito/480> Acesso em: 03 mar. 2016.

ALMEIDA, Josiane Junia F. de; VITALIANO, C. R. **A disciplina de Libras na formação inicial de pedagogos: Experiência dos graduandos**. Disponível em: <docplayer.com.br/9558859-A-disciplina-de-libras-na-formação-inicial-de-pedagogos-experiencia-dos-graduandos.html> Acesso em: 20 mar. 2016.

ALONSO. Daniela. **Os desafios da Educação Inclusiva: Foco nas redes de apoio**. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/palavra-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml> Acesso em: 03 mar. 2016.

AKOUSIS. **Perda auditiva**. Disponível em: < http://www.akousis.com.br/perda-auditiva/> Acesso em: 10 jun. 2016.

BASTOS, Beatriz Regina Nunes Perrone. **Efeitos Degradativos ao meio Ambiente Causados pela atividade garimpeira no Município de Juína- MT**. Disponível em: [http://www.biblioteca.ajes.edu.br/ arquivos/monografias.20110916184353.pdf](http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografias.20110916184353.pdf).2009 Acesso em: 08 jun.2016.

BARRETTA, Emanuele Moura; CANAN, Silvia Regina. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais**. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/173/181>> Acesso em: 24 nov. 2015.

BEZERRA, Ingrid Karla da M; MELO, L de A; SOUZA, L.H.B.L. de. **A perspectiva Histórica do Movimento Surdo e Sua Constituição como Forma de Movimento Social**. Disponível em: <[www.unicap.br/caloqueidehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5col-p.753/760.pdf](http://www.unicap.br/caloqueidehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5col-p.753/760.pdf)> Acesso em: 20 mar.2016.

Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial, 2010, p.5-6

SEDUC. Decreto nº. 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei 10098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de 10 de 2005. p. 28. Disponível em:

<<http://www.seduc.mt.gov.br/SiteAssets/Paginas/PME/Brasnorte%20%20Lei.pdf#search=Decreto%205626%2F2005%2D%20juina%20mt>> Acesso 10 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9394/96. 20/12/1996. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1998, **LDB da Educação Nacional**. Disponível em:<<http://www.seduc.mt.gov.br/SiteAssets/Paginas/PME/Brasnorte%20%20Lei.pdf#search=Decreto%205626%2F2005%2D%20juina%20mt>> Acesso em: 10 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2015-CEE-MT. **CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO**, Estabelece normas aplicáveis para a Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/Orientações-para-Gestores.aspx>> Acesso em: 10 jun. 2016.

CABRAL, Leonardo S. A; MENDEZ, E.J. **Da segregação da pessoa com deficiência á sua inclusão escolar radical no contexto Italiano**. Disponível em: [www.Joinpp.ufa.br/jornadas/joinpp IV/ eixos/10-povos/da-segregação-da-pessoa-com-deficiencia-a-sua-inclusao-escolar-radical-no-contexto-italiano.pdf](http://www.Joinpp.ufa.br/jornadas/joinpp%20IV/eixos/10-povos/da-segregação-da-pessoa-com-deficiencia-a-sua-inclusao-escolar-radical-no-contexto-italiano.pdf) Acesso em: 12 mar.2016.

CASCAVEL. **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**. Disponível em:<[www.cascavel.apaebrasil.org.br/noticia.phtml/24541](http://www.cascavel.apaebrasil.org.br/noticia.phtml/24541)> Acesso em: 22 de abr.2016.

CARVALHO. Rosita Elder. **Removendo Barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**/Rosita Elder Carvalho; -Porto Alegre: Mediação, 2010.

CATOLICAONLINE **Após a Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n2/21-POS-GRADUACAO-01.pdf>>Acesso em: 10 mar. 2016.

CENTROHELENKELLER. **Centro Helen Keller**. Disponível em:<[www.centrohelenkeller.pt](http://www.centrohelenkeller.pt)>Acesso em: 03 mar. 2016.

CIBELERARIS. **História das Libras:(língua brasileira de sinais)**. Disponível em: <<https://adaptareincluir.wordpress.com/2012/12/26/historia-da-libras-lingua-brasileira-de-sinais/>>Acesso em: 04 mar. 2016.

DIAADIAEDUCAÇÃO. **A Inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular.** Disponível em:<[www.Adiaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivo/2216-8.pdf](http://www.Adiaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivo/2216-8.pdf)> Acesso em: 03 mar. 2016.

EDUCABRASIL.LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

Disponível em:<<http://www.educabrasil.com.br/libras-lingua-brasileira-de-sinais/>> Acesso em: 08 maio. 2016.

ETHELROSENFELD. **Helen Keller.** Disponível em:<[www.ethelrosenfeld.com.br/personalidades/4-hellenkeller.html](http://www.ethelrosenfeld.com.br/personalidades/4-hellenkeller.html)> Acesso em: 03 mar.2016.

GESSER, Audrei, 1971- **Libras?: Que Língua é essa?: Crença e Preconceitos em torno da Língua de Sinais e da Realidade Surda/Audrei Gesser; [Prefácio de Pedro M.Garcez].**-São Paulo: Parábola Editora, 2009. (Estratégias de Ensino; 14).

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIUSEPPE, Rinaldi. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do ensino Fundamental a educação dos surdos.** Brasília: MEC/SEESP, 1997. Disponível em:<[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/educacao\\_surdos.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/educacao_surdos.pdf)> Acesso em: 30 mar. 2016.

GODOI, P; SANTOS, M.F; SILVA, V.F. **Língua de Sinais no Contexto Bilíngue. Tupã, 2013.38.p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Especialização) Faculdades FACCAT.** Disponível em: <[monografias-brasilescola.uol.com.br/educa%C3%A7%C3%A3o/l%C3%BAngua-brasileira-sinais-no-contexto-escola-bil%C3%BAngue.htm](http://monografias-brasilescola.uol.com.br/educa%C3%A7%C3%A3o/l%C3%BAngua-brasileira-sinais-no-contexto-escola-bil%C3%BAngue.htm)> Acesso em: 05 jun.2016.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. **Da Educação Inclusiva: Uma reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira.** Disponível em: <<File:///C:/Users/Pictures/da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Segregada+%C3%A4+Educa%C3%A7%C3%A3o+Inclusiva.pdf>> Acesso em: 20 abr.2016.

IBC. **Instituto Benjamim.** Disponível em:<<http://www.ibr.gov.br/?itemid=89>> Acesso em: 10 mar. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.**5ª. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LIMA, John Kenede Batista. **Todo Surdo e Mudo?** Disponível em:<<http://www.portaleducacao.com.br/fonoaudiologia/artigos/58721/todo-surdo-e-mudo>> Acesso em: 10 mar. 2016.

MAZZOTA, Marcos. J. da S. **Deficiência, Educação Escolar e Necessidades**

**Especiais:** reflexões sobre inclusão. Disponível em:

<[http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=79:deficiencia-educacao-escolar-e-necessidades-especiais-reflexoes-sobre-inclusao-socioeducacional&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79:deficiencia-educacao-escolar-e-necessidades-especiais-reflexoes-sobre-inclusao-socioeducacional&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17)> Acesso em: 03 mar. 2016.

MEC. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências. **Diário Oficial da República**

**Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 de abril de 2002.

Disponível em: < [www.mec.gov.br/seesp/legislacao.shtm](http://www.mec.gov.br/seesp/legislacao.shtm) > Acesso em: 10 jun. 2016.

MINHAVIDA. **Escarlatina**. Disponível em:<[www.minhavidacom.br](http://www.minhavidacom.br)> Acesso em: 18 mar. 2016

MEC. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais Deficiência Física**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>> Acesso em: 03 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Instituto Nacional de Educação de Surdos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/doc/spo/relatgestao/INES1520052000.pdf> > Acesso em: 23 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 10 jun.2016.

**Melhoramento minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1997.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, Deficiência e Educação Especial**.

Disponível em: <[www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art15.pdf.2003](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art15.pdf.2003)> Acesso em: 30 mar. 2016.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.72p. II.

Disponível em:

<[https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual\\_de\\_metodologia\\_cientifica\\_-\\_Prof\\_Maxwell.pdf](https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf)> Acesso em: 24 set. 2015.

PEAD. **Comunidade Surda**. Disponível

em:<[www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/.../comunidade\\_culturasurda.htm](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/.../comunidade_culturasurda.htm)> Acesso em: 22 abr. 2016.

PEREIRA, Cleide Luciana; SANTOS, M. **Educação Inclusiva: Uma breve Reflexão sobre avanços no Brasil**. Disponível em: <catolicaonline.com.br/revistacatolica2/artigosv1n2/21-pos-graduacao-01.pdf> Acesso em: 23 maio. 2016.

PEREIRA, Daniane. **Libras eu falo com as mãos**. Disponível em: <http://daniangepereira.blogspot.com.br/2012/01/lfs-lingua-de-sinais-francesa-alfabeto.html> Acesso em: 09 maio. 2016.

PINTEREST. **Alfabeto Manual Brasileiro**. Disponível em: <https://www.pinterest.com/pin/356628864221925466/> Acesso em: 09 maio. 2016.

PICTURES. **História da Educação dos Surdos**. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana%20Paula/Pictures/HistoriaEducacaoSurdos.pdf/> Acesso em: 03 mar. 2016.

PORTALEDUCAÇÃO. **Língua de Sinais: Origem e História**. Disponível em: www.Portaleducação.com.br/fonoaudiologia/artigos/61951/lingua-de-sinais-origem-e-historia.2015 Acesso em: 30 mar.2016.

\_\_\_\_\_. **Teoria da Aprendizagem Significativa Proposta por David Taulausubel**. Disponível em: <www.portaleducação.com.br/pedagogia/artigos/42380/a-teoria-da-aprendizagem-significativa-proposta-por-david-taulausubel> Disponível em: 4 jun.2016.

Projeto Político Pedagógico (PPP). **Escola Estadual Padre Ezequiel Ramin**. 2015

Projeto Político Pedagógica (PPP). **Escola Pestalozzi Renascer**. 2016.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem**/Ronice Müller de Quadros. –Porto Alegre: Artmed, 1997.

\_\_\_\_\_. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**/ Ronice Müller de Quadros e Lodenir Becker Karnopp. –Porto Alegre Artmed, 2004. 224p.:IL;23 cm.

REVISTAESCOLA. **Braille**. Disponível em:<revistaescola.abril.com.br> Acesso em 09 mar.2016.

SALLES, H. M. L; FAULSTICH, E; CARVALHO, O. L; RAMOS, A. A. **Ensino de língua portuguesa para surdos**: Caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, SEESP, 2004. 2vol.: (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos).

SEDUC. **Prefeitura Municipal de Juína estado de Mato Grosso Poder Executivo**. Disponível em: [www.seduc.mt.gov.br/documents/pme/juína%20%20PME.pdf](http://www.seduc.mt.gov.br/documents/pme/juína%20%20PME.pdf) Acesso em: 05 jun.2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941- **Metodologia do trabalho Científico**/ Joaquim Severino. - 23. Ed.rev. e atual. –São Paulo: Cortez,2007.

SILVA, A. P. M; ARRUDA, A. M. M. **O papel do professor diante da inclusão escolar**. Disponível em: <http://www.uninove.br/> > Acesso em: 24 nov. 2015.

SILVA, Ianê de Albuquerque. **Inclusão Escolar: Adaptação Curricular para alunos surdos**. Disponível em:< editora-arara-azul.com.br/site/admin/Ckfinder/userfiles/files/6) %20 Silva%20 Revista%2011.pdf> Acesso em: 15 mar. 2016.

SILVA, Silvana Araújo. **Conhecendo um pouco da História dos Surdos**. Disponível em: [www.uel.br/prograd/nucleo\\_acessibilidade/documentos/texto-libras.pdf](http://www.uel.br/prograd/nucleo_acessibilidade/documentos/texto-libras.pdf).2009 Acesso em: 19 mar.2016.

SOUZA, Carlos Henrique. M.D; MANHÃES, F.C; BATISTA, C.M.A; PINTO, F de O. **A Perspectiva da Libras na Formação do Professor: Um Caminho Para a Inclusão Escolar**. Disponível em: <[www.efdportes.com/efd191/libras-na-formação-do-professor.htm](http://www.efdportes.com/efd191/libras-na-formação-do-professor.htm)> Acesso em: 05 jun.2016.

STROBEL, Karin. **História da Educação de surdos**. Disponível em: [www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoForacao/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBasse\\_HistoriaEducacaoSurdos.pdf](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoForacao/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBasse_HistoriaEducacaoSurdos.pdf) Acesso em: 10 mar.2016.

TELEDUC. **Biografia de Helen Keller**. Disponível em: <[http://teleduc.proinesp.ufrgs.br/cursos/diretorio/tmp/218/portfolio/item/163/Helen%20Keller%20\(Biografia\).htm/](http://teleduc.proinesp.ufrgs.br/cursos/diretorio/tmp/218/portfolio/item/163/Helen%20Keller%20(Biografia).htm/)>Acesso em: 03 mar. 2016.

UEL. **Jean Paul Bonet**. Disponível em:< [www.uel.br](http://www.uel.br)> Acesso em: 23 mar. 2016.

UNICAMP. **História, Deficiência e Educação Especial**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1\\_15.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf)> Acesso em: 03 mar. 2016.

UNICAP. **Federação Nacional de Educação e Integração**. Disponível em: <[www.unicap.br/coloquiodehistoria/](http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/)> Acesso em: 22 de mar.2016.

UPDATEORDIE. **Keller e Elleer e Anne Sullivan**. Disponível em: <<http://www.updateordie.com/2013/08/19/a-incrivel-historia-de-hellen-keller-e-anne-sullivan/>> Acesso em: 03 mar. 2016.

WEBARTIGOS. **Histórico Da Educação Dos Surdos**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/historico-da-educacao-dos-surdos/3639/>> Acesso em: 08 maio. 2016.